



Prefeitura Municipal Boa Vista do Cadeado
Assessoria Jurídica

Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996
Av. Cinco Irmãos, nº 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014
CNPJ: 04.216.132/0001-06

PARECER - RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

Parecer nº 01/2025 - Assessoria Jurídica

Pregão Eletrônico nº 08/2025

EMENTA: PREGÃO ELETRÔNICO. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL. CARTÃO. SISTEMA. ADMINISTRAÇÃO. GERENCIAMENTO. ABASTECIMENTO.

Trata-se de IMPUGNAÇÃO AO EDITAL interposto por pela empresa TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.506.307/0001-57, com sede na Rua Machado de Assis, nº 50 Prédio 2, Bairro Santa Lúcia, Campo BOM – RS, sendo que as razões e fundamentos expostos vieram para apreciação desta assessoria.

Inicialmente, cabe ressaltar que o presente parecer consiste em análise meramente jurídica, não substituindo atos administrativos e de gestão previstos em Lei, eis que o presente parecer se restringe apenas ao objeto da impugnação no edital, neste caso, em tese, em virtude da exigência editalícia restritiva no que tange a qualificação econômico-financeira.

1 - DAS RAZÕES APRESENTADAS:

Em suma, aduz a Impugnante que o instrumento convocatório contém especificações que não são aplicáveis ao objeto ora licitado, e, considerando as particularidades e as exigências do presente caso, tais condições estariam restringindo a ampla competitividade entre as empresas.

Sustentou, ainda, que o certame deveria prever que, ALTERNATIVAMENTE, quando as empresas participantes da licitação não apresentarem resultado igual ou maior que 1 (um) nos índices constantes da cláusula editalícia, a qualificação econômico-financeira se daria por meio de comprovação de Capital Social ou Patrimônio Líquido até 10% do montante da contratação.

Dito isso, passamos a analisar o relatório, fundamentação e razões para o **INDEFERIMENTO**.

2 - DO RELATÓRIO e FUNDAMENTAÇÃO:

2.1 – DO ROL TAXATIVO DO ART.69 inciso I e II da Lei 14.133:

Sem maiores protelações, passamos ao mérito para analisar o que diz respeito sobre a qualificação econômico-financeira do certame de acordo com a Lei 14.133/2021 em seu Art. 69 inciso I e II, vejamos:



Prefeitura Municipal Boa Vista do Cadeado
Assessoria Jurídica

Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996
Av. Cinco Irmãos, nº 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014
CNPJ: 04.216.132/0001-06

Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, **e será restrita à apresentação da seguinte documentação:**

I - **balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;** (Grifou-se).

II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

Deste modo, analisando a previsão editalícia, bem como o que dispõe o artigo supra, **é indiscutível a necessidade da apresentação da documentação exigida no edital**, uma vez que se trata de rol taxativo de documentos e a referida comprovação quanto a qualificação econômico-financeira da empresa vencedora visa garantir o fiel cumprimento e execução do contrato.

Assim sendo, não merece prosperar a impugnação apresentada, uma vez que a Impugnante busca substituir o requisito do inciso I acima exposto pela aplicação do §4º do mesmo diploma legal, *in verbis*:

§ 4º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

Em razão disso, não se pode admitir a substituição da aplicação dos dispositivos legais, até porque, **cabe a Administração prever no edital a exigência** de capital mínimo ou de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor da contratação, ou seja, é uma **FACULDADE do Ente Público, e não da Impugnante.**

Não obstante, levando em conta de que se trata de rol taxativo claramente aplicável na espécie, não há o que se falar em exigência restritiva de contratação, se tornando imprescindível a apresentação do balanço patrimonial.

Ademias, a nova Lei de Licitações em seus incisos **NÃO prevê a alternância/substituição entre o seu inciso I e o §4º**, isto é, não há regulamentação que autorize a substituição do balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais pela simples comprovação de capital social ou patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do montante da contratação.



Prefeitura Municipal Boa Vista do Cadeado

Assessoria Jurídica

Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996
Av. Cinco Irmãos, nº 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014
CNPJ: 04.216.132/0001-06

2.2 DA EXIGÊNCIA DE ÍNDICES SUPERIORES A 1 (UM):

No que concerne aos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) com resultados superiores a 1 (um), tal aplicação é oriunda das orientações do TCU e Portal de Compras Públicas, observemos:

TCU Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU

que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica.

Nesse sentido, a relativização da exigência de apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, consoante entendimento firmado neste STJ, tem arrazoamento, ainda, na comprovação da prestação da garantia contratual pelo recorrido (fl. 421), exigência essa prevista tanto na Lei 8.666/1993 (art. 56) como no edital licitatório.

Cite-se ainda a orientação dada pelo parecer da AGU 4/2015/CP/DEP/CONSU/PGF/AGU:

[...] e) caso a certidão seja positiva de recuperação, caberá ao órgão processante da licitação diligenciar no sentido de aferir se a empresa em recuperação já teve seu plano de recuperação acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei 11.101, de 2005:

f) se a empresa postulante à recuperação não obteve o acolhimento judicial do seu plano, não há demonstração da sua viabilidade econômica, não devendo ser habilitada no certame licitatório;

g) a empresa em recuperação judicial com plano de recuperação acolhido, como qualquer licitante, deve demonstrar os demais requisitos para a habilitação econômico-financeira;

h) é aplicável à empresa em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente, a possibilidade de participar em licitações públicas, nos moldes da empresa em recuperação judicial.

A boa situação econômico-financeira de uma empresa pode ser comprovada por meio da aplicação de coeficientes e índices previstos no edital sobre os dados apresentados nas demonstrações contábeis. Normalmente, são exigidos os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), com resultados superiores a um[7]. Contudo, apesar da previsão legal para a exigência de demonstrações financeiras dos

<https://licitacoescontratos.tcu.gov.br/5-5-4-habilitacao-economico-financeira/>

Portal de Compras do Governo Federal

O que você procura?

11.1. Nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração deverá exigir:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

<https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-5-de-26-de-maio-de-2017-atualizada>

IN – Seges/MP 5/2017, Anexo VII-A, item 11.1, alínea “a”.

Diversamente do exposto, a previsão editalícia **não prevê de forma cumulativa** ambos os requisitos quanto aos índices de liquidez + capital social ou patrimônio líquido, pois há necessidade da apresentação tão e somente dos documentos previstos no Art. 69, inciso I da Lei 14.133/2021.

3 - DA CONCLUSÃO:

Posto isso, essa assessoria concluiu pelo INDEFERIMENTO da Impugnação do Edital em face aos fatos e fundamentos acima expostos.



Prefeitura Municipal Boa Vista do Cadeado
Assessoria Jurídica

Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996
Av. Cinco Irmãos, nº 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014
CNPJ: 04.216.132/0001-06

É o parecer.

Boa Vista do Cadeado/RS, 23 de abril de 2025.

Rafael de Aguiar Fagundes

OAB/RS 118.218

Assessor Jurídico